

O DEUS DE JOHN LOCKE

Rodrigo Fernandes Frighetto*

Resumo: O trabalho de Locke sempre foi estudado por filósofos, como Norberto Bobbio e Peter Laslett, por causa de sua visão política e social. Enquanto vemos trabalhos sobre a crítica ao Absolutismo, e até mesmo a Propriedade Privada, sempre levamos em conta que Locke dedicou uma pequena parte de seus trabalhos, em especial *Cartas Acerca da Tolerância*, sobre a questão religiosa. Enquanto que nós vemos a noção de religião, em Locke, como uma tentativa de justificar a fusão entre a maioria das religiões monoteístas, como o Judaísmo ou o Cristianismo, nós não temos um aprofundamento mais abrangente do tema. Com este artigo, pretendo explicar como surgiu essa noção de Deus, em Locke, assim como seu desenvolvimento na questão da tolerância, presente no texto *Cartas Acerca da Tolerância*.

Palavras-chave: John Locke; Deus; Fenomenismo Absoluto; Existência de Deus; Tolerância.

THE GOD OF JOHN LOCKE

Abstract: The work of Locke has always been studied by philosophers, like Norberto Bobbio and Peter Laslett, because of its political and social vision. While we see works about the criticism to the Absolutism, and even the Private Property, we always consider that Locke has dedicated a minor part of its works, especially *A Letter Concerning Toleration*, about the religious matter. As we see the ideas of religion, in Locke, as an attempt to justify the consolidation between most of the monotheistic religions, like the Judaism and Christianity, we do not have a wider embracing of the subject. With this work, I intend to explain how has emerged this notion of God, in Locke, as well as its development in the matter of the tolerance, present in the work *A Letter Concerning Toleration*.

Keywords: John Locke; God; Absolute Phenomenalism; Existence of God; Tolerance.

INTRODUÇÃO

A Existência de Deus é um tema muito comentado entre os autores da filosofia, como São Tomás de Aquino, Descartes e, até mesmo, Friedrich Nietzsche. Mas se pudermos sobrelevar um autor que tem um menor destaque neste tema, nos dirijamos ao filósofo moderno, do século XVII, John Locke (1632-1704). Como os comentadores destacam, Locke teve uma importância fundamental para o *jus* naturalismo político e

* Graduado do Curso de Filosofia da PUCPR. E-mail: drighetto1@hotmail.com.

social (SAASTAMOINEN, 2010, p.188 – 191; BOBBIO, 1998, v.1 p.657 – 658). O que seria o *jus* naturalismo? Seria uma teoria do direito natural, formada nos séculos XVII e XVIII, que tinha dois preceitos: “o princípio da tolerância religiosa e o cia limitação cios poderes do listado. Desses princípios nasceu de fato o listado liberal moderno (v. LIBERALISMO).” (ABBAGNANO, 2007, p.593) Mas além dessa perspectiva, Locke baseia uma grande parte de sua filosofia na fé em Deus.

Para que possamos entender o Deus lockeano, devemos voltar ao passado, nesse caso, a juventude de Locke. Quando ele estudava em Christ Church, na Universidade de Oxford, ele demonstrou certo desconsolo pelos ensinamentos aristotélicos e escolásticos ali ministrados (SOUZA, 2009, p.109). Com isso, Locke começou a buscar outras bases para o Empirismo como é o caso da medicina (CORNEANU, 2010, p. 266) que foi “[...] a sua dedicação à medicina experimental que o aproximou da atividade política” (SOUZA, 2009, p.109). Assim, ele escreveu várias obras fundamentais para o campo político como *Ensaio Acerca do Entendimento Humano* e *Dois Tratados sobre o Governo Civil*. Mas, no nosso momento, nos detenhemos apenas no trabalho mais famoso sobre religião, denominado *Cartas Acerca da Tolerância*, em que Locke descreve um estado que tolere várias crenças de Deus, como o Judaísmo, o Islamismo e o Cristianismo: “[...] Não, se podemos falar a verdade abertamente, nas questões entre os homens, nem pagãos, nem maometanos, nem judeus devem ser excluídos dos direitos civis da comunidade, por sua religião [...]” (LOCKE, 2004, p.109). As influências recebidas do puritanismo²⁰⁰ dirigiram seu olhar para aspectos sócio-políticos que incluíam a existência de Deus, percebido a partir do Empirismo, corrente da qual o autor era integrante.

O argumento a seguir exposto por Martins e Monteiro corrobora este raciocínio, entendendo que a existência de Deus partiria de uma ideia empírica, sem passar por uma explicação inata do divino (MARTINS e MONTEIRO, 1999, p.10). Sendo assim, uma das alternativas para provar a existência de Deus, segundo Locke, estaria presente na prova “*por contingência do mundo*”:

²⁰⁰ Cristão que possui uma fé com base derivada na Reforma Protestante, nesse caso com base em João Calvino (1509-1564).

A existência do ser contingente, que é o homem (conhecimento adquirido pela experiência), supõe a existência de um ser eterno, todopoderoso e inteligente. Além disso, a não universalidade da idéia de Deus ficaria comprovada pelo fato de que há selvagens que seriam inteiramente destituídos dessa idéia. (LOCKE, 2012, p.10)

Diante desse argumento, se descobre que há apenas dois tipos de ideias que podem ajudar-nos a construir a ideia de Deus em Locke, a *Identidade* e a *Existência Real*, o que passaremos a discutir a seguir.

Desenvolvimento

A Identidade, segundo Fontes seria o conhecimento intuitivo em relação com o contexto do indivíduo e suas representações (FONTES, N.R.V, apud SPAREMBERGER, R et al RANGEL, A, 2013, p. 250). Dessa forma, a Identidade se torna a imagem de quem essa pessoa é representada numa determinada cultura, seja ela europeia ou sul-americana, é o traço de Identidade que a torna membro dessa sociedade. (LOCKE, 2004, p.63) Sendo assim, a Identidade não se apresenta, nesta ótica como um conceito inato, no corpo e mente do indivíduo, desde o nascimento, elas não são, portanto objeto de especulação humana e devem ser resultantes de uma construção do indivíduo com seu contexto.

Então, se conhecemos a Identidade do homem, a partir de sua relação com o contexto, ele percebe que já possui a Identidade dentro de si a partir de sua intuição. Como nos diz Locke: “E nisto consiste identidade: quando as ideias às quais é atribuída não variam do que eram, no momento em que consideramos sua existência prévia, à qual comparamos a presente.” (LOCKE, 2012, p. 343).

Levando em consideração essa última citação, podemos interpretar a Identidade, em Locke, como um princípio de conexão com a imortalidade. O que seria a imortalidade senão aquele que vive eternamente, sem se preocupar com a noção de tempo? Pois, alguns pensadores cristãos como Tomás de Aquino e Descartes concebem que a alma imortal dispõe de uma Identidade pessoal, independente do seu corpo físico (JAPIASSU, H et al MARCONDES, 2019, p.182), ideia partilhada por Locke.

Desta forma, a alma imortal definiria, nessa concepção, quem essa pessoa teria sido e seria no seu retorno a vida humana. Isso, para alguns, é entendido como a

reencarnação da alma²⁰¹, que Locke parece utilizar em seu livro dois, do *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*:

Se a união dessas ideias perfaz a ideia de homem, então o mesmo corpo sucessivo que não muda de repente deve, juntamente com o espírito imaterial, entrar na composição da ideia de um mesmo homem. (LOCKE, 2012, p.352)

Nem todos os pensadores concordavam com essa ideia, como por exemplo, o Bispo Anglicano, portanto também britânico, Stillingfleet de Worcester²⁰², contemporâneo de Locke, com quem ele estabelece um debate sobre a questão da Identidade e sua relação com o tema da reencarnação.

A doutrina de Identidade e diversidade contida, nesse capítulo parece aos olhos do Bispo de Worcester, inconsistente com a doutrina da fé cristã acerca da Ressurreição dos Mortos. Seu argumento é o seguinte: diz ele que a razão para crer na ressurreição de um mesmo corpo é, segundo o Sr. Locke, a ideia de identidade. (LOCKE, 2012, p. 369).

Enquanto para os católicos, essa ideia de reencarnação seria contraditória em relação à sua doutrina de fé, para Locke, essa pretensa contradição seria resultado de uma interpretação parcial do tema. Para tanto o pensador puritano utiliza-se de argumentos retirados de pensadores socráticos, platônicos e neoplatônicos, como Plotino, sobre a reencarnação da alma, posteriormente utilizados por pensadores cristãos. (BRANDÃO, 2013, p.96)

“Se a vida e a alma existem depois da M., a M. é um bem para a alma porque esta exerce melhor sua atividade sem o corpo. E, se com a M. a alma passa a fazer parte da Alma Universal, que mal pode haver para ela?” (*Hm.*, 1, 7, 3). (ABBAGNANO, 2007, p.683).

Sendo assim, Locke, puritano e anti-trinitarista reapresenta uma visão de dogma católico, presente no Socianismo, segundo a qual se contrapõe a coexistência de três

²⁰¹ Conceito teológico definido como a separação entre a alma e o corpo. Ao separar a alma do corpo, começa-se um novo momento cíclico para a Alma. De acordo com Abbagnano (2007): “Idêntico conceito de M. reaparece sempre que se considera a vida do homem sobre a terra como preparação ou aproximação de uma vida diferente, e quando se afirma a imortalidade impessoal da vida, como faz Schopenhauer, para ele a M. é comparável ao pôr-do-sol, que representa, ao mesmo tempo, o nascer do sol em outro lugar. (*Die Weil, I, § 65*)”. (ABBAGNANO, 2007, p.683-684)

²⁰² Bispo Edward Stillingfleet (1635-1699) foi um filósofo e teólogo britânico. Defensor do Anglicanismo escreveu dois trabalhos que Locke buscou refutar: *The Mischief of Separation* (1680) e *The Unreasonableness of Separation* (1681).

peças em uma só natureza²⁰³. Uma percepção que tem decorrências na concepção divina e demonstra as diferenças entre as duas religiões cristãs, o Cristianismo e o Puritanismo num campo de religiosidade reformada.

Para Locke, o que era necessário para ser um cristão era, basicamente, crer que o Cristo era o Messias. Acreditar nisso acarretava, é claro, a crença em que ele se ergueria entre os mortos; a sua ressurreição era uma prova de ser o Messias. Essas crenças também envolviam a noção de que o Cristo devolveu a vida a todos os homens, a vida que “receberam de novo na ressurreição”. (YOLTON, 1996, p.247)

Porém, observamos que Locke, diante de um cenário religioso do século XVII²⁰⁴, na qual os puritanos acusam o Bispo de Canterbury, William Laud (1633-1645) de uma tentativa de reunificação do Catolicismo entre Escoceses e Ingleses através de uma “Bíblia comum” entre seus credos.

Neste contexto, o Bispo Stillingfleet teria feito, segundo Locke, uma interpretação equívoca da sua doutrina de Identidade. De acordo com Yolton, para o pensador britânico na definição deste conceito a partir da distinção entre homem e pessoa.

Stillingfleet não entendeu inteiramente a distinção de Locke entre homem e pessoa, com a localização da identidade da pessoa na inalterabilidade da consciência e não, como no ponto de vista comum, numa substância imaterial. Para Stillingfleet, essa noção da mesma pessoa tinha a consequência de que não importa que corpo uma pessoa

²⁰³ Neste trecho, estamos nos referindo à religião de Locke: O Socianismo. Iniciado no início do século XVII, por seu fundador Fausto Socino (1539-1604), que baseou sua teologia em seu tio: Lelio Socino (1525-1562). Embora ela tenha crescido em grande parte da Europa Oriental (como a Transilvânia, Holanda e Polônia), de acordo com Hugh T. Pope: “A seita nunca teve uma grande voga na Inglaterra, era desagradável para os protestantes que, menos lógico, talvez, mas mais conservador em suas opiniões, não estavam preparados para ir para os cumprimentos dos reformadores continentais. Em 1612, encontramos os nomes de Leggatt e Wightman mencionados como condenados à morte por negar a divindade de Cristo. Sob a Commonwealth, John Biddle foi destaque como um defensor dos princípios Socinian; Cromwell baniu para as Ilhas Scilly, mas ele retornou com um ministro de habeas corpus e tornou-se de uma igreja independente, em Londres. Após a restauração, no entanto, Biddle foi escalado novamente para a prisão, onde morreu em 1662.” (POPE, 2016, p.114) Ela é considerada anti-trinitarista, em que as crenças, baseadas no Catecismo Racoviano, dizem que eles recusam os mistérios, que a Bíblia deve ser interpretada pela razão, além de que a razão nos ajuda a entender Deus, no entanto se exclui a sua imensidão e infinidade. Também se rejeita a doutrina do pecado original, no entanto, eles creem na sua Unidade, sua eternidade, sua onipotência, sua justiça e sua sabedoria. Além disso, celebram o batismo e a santa ceia, só que sem a graça divina de Deus.

²⁰⁴ Nesse caso, estou me referindo ao episódio da Tirania dos Onze Anos, em que Carlos I tentou governar a Inglaterra, sem o auxílio do Parlamento. Isso foi na época da Revolução Inglesa (1642-1649).

tenha em qualquer momento dado, esse corpo não faz parte da condição essencial da pessoa de um homem. Locke também tinha repartido as mudanças na consciência de cada um entre diferentes substâncias, ou até mesmo uma PESSOA diurna e uma noturna na mesma substância. Esses quebra-cabeças eram a sua maneira de mostrar a irrelevância da substância para a identidade da pessoa. (YOLTON, 1996, p.248)

Diante disso, nota-se que a consciência possui um papel importante no pensamento lockeano para a formação dos indivíduos. Então, substitui-se a alma pela consciência, que logo se torna uma ferramenta para compreensão das suas ações em conexão com contextos anteriores, o que nos permite entender como Locke concebe a reencarnação ou relação do indivíduo com o passado. Assim, de acordo com Locke,

[...] o homem não é uma mesma substância imaterial ou alma, onde quer que esteja, não importa em qual estado, é claro que deve ser a consciência, que, na medida de sua extensão a épocas passadas, une numa mesma pessoa as existências e ações distantes no tempo e aquelas que as sucedem imediatamente. (LOCKE, 2012, p.359-360)

Nesse caso, segundo Locke, a consciência preservaria sentidos mais fundamentais vivenciados em várias diacronias, permitindo a conexão do indivíduo com o passado e o presente. No entanto, tal concepção não implicaria em determinismos de ação individual, pois o fator que diferenciaria as ações de uma consciência de outra seria o Eu.

O Eu seria um ser pensante e consciente que, possuindo todas as sensações principais, como dor, amor e prazer, se preocuparia com a sua própria consciência. Curiosamente, essa questão da consciência é uma espécie de resposta à Descartes sobre a questão do “*fantasma na máquina*” que diz que:

[...] O homem é um ser pensante em um corpo material. Não é uma mera máquina. Todo homem sabe de forma indubitável que é um ente pensante pela mera introspecção. E quanto aos outros? Sei que sou um ser pensante, pois penso. O que garante, no entanto, que os outros homens não sejam realmente homens, mas máquinas que se comportam exteriormente como homens? (COSTA, 2013)

Então, se nota que, na sua época, Locke entende o homem como um ser racional, capaz de pensar, mas que possui uma consciência que determina que essa pessoa seja

diferente do outro, fisiologicamente e analogicamente, indo contra o homem racional de Descartes²⁰⁵.

Isso, no entanto, teve certo preço, pois sua questão da Identidade Pessoal foi considerada nociva por sacudir os alicerces da tradição católica. Ela entrava em confronto com o conceito de substância de alma que prevalecia nos pensadores com os quais ele debatia e que o acusavam de anti-trinitarista. (YOLTON, 1996, p. 239).

Como pode se ver, a sua definição de Identidade fez com que Locke fosse considerado uma ameaça diante das hierarquias eclesiásticas, pois defendia a compreensão do ser humano fiel a Deus a partir de uma interpretação direta dos textos sagrados, ao contrário dos católicos que preservavam a importância da Igreja e do clero na compreensão das verdades divinas. O indivíduo teria então uma relação direta com Deus autorizada pelo pensamento lockeano transformando-o através da sua iniciativa e desenvolvimento de uma consciência, num Eu. Estas concepções implicam também numa dinâmica empírica de construção dessa consciência, o que nos leva a discutir a Existência Real.

Na existência real temos um conhecimento intuitivo de nossa própria existência, um conhecimento demonstrativo da existência de um Deus e um conhecimento sensível que não vai além dos objetos presentes aos nossos sentidos (LOCKE, 2012, p.230). Dessa forma, a Existência Real tem como ideia principal a nossa existência e a de um ser primordial. Sabendo-se que haveria um ser primordial, presume-se que hajam outros seres, no mundo, mas nós não temos conhecimento demonstrativo, nem evidente em si mesmo, que comprove a existência desses seres primordiais, portanto, não haveria como comprovar sua existência.

Até esse ponto devemos considerar a essência das coisas, que tem uma dimensão de existência particular, mas também real. Assim, para Locke, na sua dimensão empirista, através da Experiência se poderia chegar a um conhecimento que equivalesse a Existência Real daquilo que se desejava conhecer. Neste caso, consiste a definição de

²⁰⁵ Nessa parte, estou me referindo à teoria animal-máquina de Descartes. Essa é uma “Teoria elaborada por Descartes e desenvolvida por Malebranche segundo a qual os animais não passam de autômatos aperfeiçoados, desprovidos de sensibilidade e de inteligência. Quanto aos homens, não são máquinas, porque neles há o cogito. Contudo, o corpo humano, enquanto res extensa, isto é, enquanto extensão, funciona como uma máquina, vale dizer, como um mecanismo análogo ao das máquinas feitas pelo homem (como um relógio, p. ex.)” (JAPIASSU, H et al MARCONDES, D, 2019, p. 20).

abstração: “considerar a ideia existindo apenas no entendimento.” (LOCKE, 2012, p.679)

Para que possamos entender a Existência de Deus para Locke, devemos levar em consideração o ponto de admissão da metafísica cristã tradicional, base de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Conforme dissemos no início, Locke critica o ensino aristotélico e escolástico de Oxford, o que nos leva a perguntar, como ele confirma, então, a existência de Deus?

Na questão da existência de Deus, esse pensador entende que, o homem, intuitivamente, saberia da existência de uma entidade presente nesse nada que gera o ser, que seria Deus. Assim, de acordo com Locke haveria uma contradição em se conceber que uma não entidade não pudesse produzir um ser real, o que segundo ele, demonstrava a “evidência que algo existe eternamente, pois o que não é eterno tem um início, e o que tem início é produzido por algo” (LOCKE, 2012, p. 681). Neste ponto devemos considerar o significado da palavra “homem” para Locke diante da questão nominalista “[...] é apenas um nome para designar características comuns a indivíduos particulares, excluídas as suas qualidades específicas.” (SOUZA, 2009, p.113).

Assim percebemos que grande parte do seu sistema filosófico discute o conhecimento humano e suas origens o que o conecta a concepção de Deus, mas apenas como indagação sobre origem das ideias e representações existentes na mente humana, seus sistemas de crenças, mas não constitui a base de sua gnosiologia²⁰⁶ (SOUZA, 2009, p.110).

Então, observamos que Deus, no pensamento lockeano é um ser cuja existência pode ser intuída pelo conhecimento da mente humana, que ao atingir a verdade da existência de um ser eterno não precisa defini-lo por um nome específico (LOCKE, 2012, p.682). A razão seria, assim, o caminho da identificação de uma entidade superior por parte da mente humana, ou do homem.

Agora, a partir desse argumento, podemos avançar para outra temática de Locke, a do fenomenismo absoluto (SOUZA, 2009, p.112-113). No sentido kantiano, seria uma

²⁰⁶ Estudo do conhecimento humano “caracterizada por pressupostos e problemas particulares; [...] esse conceito continua na forma da análise dos procedimentos efetivos do conhecimento científico e de determinação de seus limites e de sua validade. Esta análise é tema característico da metodologia (v.)” (ABBAGNANO, 2007, p.449)

doutrina que restringe o campo do conhecimento aos fenômenos²⁰⁷. Mas, no sentido empirista radical, derivado de David Hume (1711-1776), seria um conhecimento especulativo em que se contempla a natureza. Ao compararmos o fenomenismo absoluto de Hume, com Berkeley e Locke, percebemos que há um paralelo em comum, que seria a restrição de hipóteses metafísicas, vinculadas a Berkeley. “Hume did to Berkeley what Berkeley did to Locke – destroying speculative metaphysics through the application of strict empiricism. The ‘phenomenalism’ that Berkeley pioneered endures to the present day”.²⁰⁸ (WALMSLEY, 2010, p. 92)

Sendo assim, devemos levar em conta que a natureza, no sentido de Hume e presente em George Berkeley, através do empirismo radical, seria aquilo que está presente na nossa percepção humana e não possui substância ou essência.

Definida essa vertente da filosofia moderna, podemos explicar como na visão empirista de Locke, ele concebe a Deus, começando por definir o que é a substância, na classificação deste autor. Vejamos um trecho no *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*, especialmente o Livro II, que estabelece uma parte do que seria a substância na sua dimensão pré-existente,

[...] e, mostrando-se a conveniência de palavras para apreensões ordinárias, usadas para maior rapidez de expedição, são denominadas, tão unidas ao substrato, por um nome que, por negligência, posteriormente fomos levados a discorrer e a considerar como uma idéia simples, constituindo, realmente, uma complicação de várias idéias reunidas; pois, como afirmei, sem poder imaginar de que modo estas idéias podiam subsistir por si mesmas, nós nos acostumamos a supor certo substratum no qual elas subsistem, e do qual resulta, por conseguinte, o que denominamos substância. (LOCKE, 2012, p. 206).

²⁰⁷ Esse tema, em Kant, é citado na *Crítica da Razão Pura* (1781), através desse trecho: “Espero que ninguém duvidará já, depois do que ficou estabelecido na dedução das categorias, sobre a questão de saber se o uso destes conceitos puros do entendimento é simplesmente empírico ou se ele é transcendental, quer dizer, se eles não se relacionam “a priori” senão como fenômenos, como condição de uma experiência possível, ou se eles podem estender-se, como condição da possibilidade das coisas em geral, aos objetos em si (em ser restritos à nossa sensibilidade).” (KANT, 2008, p.127)

²⁰⁸ Hume fez a Berkeley o que Berkeley fez a Locke – destruindo máximas metafísicas especulativas aplicando o empirismo radical. O “fenomenismo” que Berkeley explorou perdura até hoje.

De acordo com essa citação a substância seria um alicerce no qual as nossas ideias são interconectadas por um substrato²⁰⁹, e dessas ideias é possível termos noção de nosso corpo e presença no mundo exterior.

A partir desse momento em que se contempla a natureza, pelo qual nossas mentes tem como alicerce a substância, ocorre uma sensação de redescoberta do ser humano. Através da existência breve e limitada no mundo, ou seja, através da empiria, o homem seria capaz de deduzir que Deus pode ser conhecido através do uso da razão na sua vida²¹⁰.

Com esse argumento, Locke conseguiu construir um “tríplice conhecimento da existência.” (SOUZA, 2009, p. 114), que consiste em três argumentos, o primeiro deles seria a concepção de que o homem possui um indefectível conhecimento de sua existência através da intuição. O segundo argumento seria o de que o homem é capaz de provar que a razão pode levar ao conhecimento da Existência de Deus. E por fim, o terceiro argumento sustenta que haveria um conhecimento aprofundado que possibilitaria provar, através da sensação, a existência dos outros indivíduos presentes no mundo.

Dentre essas sentenças, exploramos o segundo argumento que centra na razão o caminho do conhecimento da Existência de Deus. Locke, acreditando que é impossível ter ideias inatas na mente humana no nascimento, entende que o conhecimento intuitivo, com base na nossa existência, necessita de uma causa originária a tudo o que existe no nosso mundo, sejam animais, vegetais e entidades superiores a nós (SOUZA, 2009, p.114). Ele considera possível provar os atributos de Deus, com base às “tradicionais provas cosmológicas e se reporta ao princípio de causalidade”. (SOUZA, 2009, p.114).

²⁰⁹ Nesse caso, o substrato seria uma ideia ou objeto no qual se exerce tal ação. O trecho, que se segue, complementa o meu ponto de vista sobre o substrato: “Another argument, however, suggests that the generality of the ‘name Substance’ arises from its being ‘applicable to anything wherein we find any of our simple Ideas’, rather than the postulation of a general stuff, matter.” (Outro argumento, no entanto, sugere que os aspectos gerais do “nome substância” originam-se de ser “aplicado a qualquer coisa que nós encontramos em qualquer de nossas ideias simples”, em vez de um postulado de coisas gerais, como matéria.) (AYERS, Michael apud WALMSLEY, 2010, p. 221).

²¹⁰ O trecho de Souza corrobora este argumento: “De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, numa palavra, da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento. Empregada tanto nos objetos sensíveis externos como nas operações internas de nossas mentes, que são por nós mesmos percebidas e refletidas, nossa observação supre nossos entendimentos com todos os materiais do pensamento”. (LOCKE, 2012, p.146, apud SOUZA, 2009, p.111).

Nesse caso, as provas cosmológicas sugerem que existe um “eterno, mais poderoso e mais cognoscente Ser, que se alguém tiver o prazer de denominar Deus, não importa.” (LOCKE, 2012, p.309, apud SOUZA, 2009, p.114).

Em outras palavras, não se cria um Deus em sua mente, o ser humano apenas intui que ele existe, numa dimensão primordial de “Ponto Ômega”, como afirma Abbagnano promovendo uma conexão com o Evolucionismo, conjunto de doutrinas filosóficas metafísicas que tem a evolução, como elemento comum à explicação da realidade.

[...] conseqüentemente, considerou a evolução da substância viva espalhada pela terra como a de um único organismo gigantesco. O termo final da evolução seria um "Ponto Omega", uma "Superconsciência Universal" formada pela pluralidade unificada de pensamentos individuais que se combinam e reforçam no ato do Pensamento unânime (Le phenomène humain, 1955). Em especulações semelhantes é evidente o caráter metafísico da evolução. (ABBAGNANO, 2007, p. 397).

Por conta de seus posicionamentos filosóficos, acerca da Existência de Deus, Locke foi criticado também pelos pensadores ateus, a quem tenta dar uma resposta no quarto argumento contido na sua *Primeira Carta Acerca da Tolerância* (LOCKE, 1978, p.24). Isso por conta de que suas ideias excluiriam aqueles que não criam em Deus, o que nos leva a um fator característico do Deus lockeano, a Tolerância.

Afinal, o que constitui a Tolerância universal, na visão de Locke seriam fundamentalmente três afirmações que servem de base tanto para as leis civis, como as leis divinas. A primeira define que o homem seria obrigado a cumprir as leis civis, sendo uma delas, a lei divina, de obedecer a Deus. A segunda estabelece uma classificação entre leis civis e lei divina subordinando a primeira à segunda. E por fim, a terceira define “*Deus como fundamento da moralidade*” o que retira o direito de especulação sobre a Existência de Deus, o que o autorizaria a “[...] negar o direito à tolerância aos ateus (conceito este que é desenvolvido, sobretudo, na carta de 1689)” (DINIZ, 2011, p.98-99).

Com essas três noções acerca da tolerância que excluiria os ateus, começa-se a definir melhor o conceito de Deus de Locke, que envolveria uma dispensa de intermediação clerical, mas não poderia dispor da religião. Assim, conforme afirma

Diniz, a tolerância de Locke seria “fundado sobre um conceito positivo de religião” (DINIZ, 2011, p.94), cujo modelo seria o puritanismo.

Conclusão:

A tolerância de Locke possui uma base teísta²¹¹ e manifesta aspectos importantes das suas concepções teóricas acerca da existência de Deus. O conhecimento continua sendo o caminho da experiência de alcance divino, o que representaria uma dimensão ampla e sem barreiras a qualquer indivíduo que buscasse a Deus. No entanto, o contexto de debate de Locke envolvia uma importante questão religiosa na Inglaterra, da qual ele não podia se isentar. Daí que apresente em suas obras uma discussão sobre a tolerância e os seus limites colocando os ateus de fora do universo de indivíduos atingidos por essa tolerância. Aqueles que não buscavam o conhecimento divino estariam excluídos desse ambiente de discussão por não se incluírem numa vertente religiosa.

A existência de Deus teria, para Locke, uma dimensão intuitiva e ainda que a tolerância religiosa tenha buscado atenuar o viés religioso de suas concepções, percebemos que ele ainda deixa rastros. Assim, o estudo da visão religiosa de Locke é geralmente pouco estudada, em particular, em comparação com a questão política de seus trabalhos, ainda que estas duas dimensões se complementem no seu pensamento. Não podemos dissociar as discussões sobre Reforma Protestante e as correntes filosóficas da Modernidade do pensamento de John Locke, incluindo-se a sua percepção de Deus, que também tem ecos nas suas concepções políticas.

REFERÊNCIAS:

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*, 2007. Ed. Martins Fontes

BOBBIO, Noberto. *Dicionário de Política*, 1998, v.1. Ed. UnB

BRANDÃO, B. G. S. L. (2013). *Estados de consciência e níveis do eu em Plotino*. Archai, n. 10, jan-jul, p. 95-102.

²¹¹ Doutrina filosófica adotada por religiões monoteístas, com base no fideísmo, em que se acredita em um só Deus, que auxilia e influencia os homens. O argumento de Marcondes (2019) complementa a explicação: “Doutrina que afirma a existência de um *Deus único, onipotente, onipresente e onisciente, criador do universo, tal como na tradição judaico-cristã.” (JAPIASSU, H et al MARCONDES, D, 2019, p.330).

CORNEANU, Sorana. . *The Continuum Companion to Locke*, 2010. Ed. Continuum. p.265-268

COSTA, Rogério Da. *Descartes, máquinas, animais e outras mentes*, 2013. Disponível em:

<https://oleniski.blogspot.com.br/2013/01/descartes-maquinas-animais-e-outras.html>>. Acesso em: 31/03/2020

DINIZ, Márcio Victor de Sena. *O Conceito de Tolerância em John Locke: A Tolerância universal e seus limites*, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5584/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 01/04/2020

JAPIASSU, Hilton et al MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*, 2019. Ed. Zahar

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*, 2008. Ed. Acrópolis. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/kant/1781/mes/pura.pdf>. Acesso em: 14/05/2020

LOCKE, John. *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*, 2012. Ed. Nova Cultural. Disponível em:

https://direitasja.files.wordpress.com/2012/04/ensaio_sobre_entendimento_humano.pdf>. Acesso em: 30/03/2020

LOCKE, John. *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*, 2012. Ed Martins Fontes.

LOCKE, John. *Cartas Acerca da tolerância*, 2004. Ed. Ícone.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, 2004. Ed Vozes.

LOCKE, John. *Primeira Carta Acerca da Tolerância*, 1978. Coleção “Os Pensadores”, Abril Cultural, p.03-39

MARTINS, Carlos Estevam e MONTEIRO, João Paulo. *John Locke: Ensaio Acerca do Entendimento Humano. Coleção Os Pensadores*, 1999. Ed. Nova Cultural.

POPE, Hugh T. *A Enciclopédia Católica, Volume XIV*, 2016. Disponível em:

<http://mb-soft.com/believe/ttcm/socinian.htm>>. Acesso em: 29/03/2020

SAASTAMOINEN, Kari. *The Continuum Companion to Locke*, 2010. Ed. Continuum. p.188-191

SOUZA, José Carlos de. *Deus na Filosofia Empírica*, 2009. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/45088090_Deus_na_Filosofia_Empirica. Acesso em: 25/03/2020

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes et al RANGEL, Aline Luciane Lopes. *Direitos Humanos: Um Olhar para a Identidade, Alteridade e Novas Concepções de Cultura*, 2013. Disponível em:

https://direito.furg.br/images/stories/LIVROS/DIREITOS_SOCIAIS_FUNDAMENTAIS/12Sparemberger2013_DSf.pdf. Acesso em: 08/05/2020

WALMSLEY, Jonathan. *The Continuum Companion to Locke*, 2010. Ed. Continuum

YOLTON, John. *Dicionário Locke*, 1996. Ed. Jorge Zahar. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=M35zdXPkwEC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 28/03/2020